

Jornal da Adunicamp



Trabalho

*Qualidade ou quantidade:
qual a universidade
que queremos? (pg. 3)*



Salários

Campanha Salarial
Dinheiro tem! E o nosso
reajuste? (pg. 4 e 5)

FEDEP
Saiba o que o Fórum Estadual de Defesa
da Escola Pública pensa a respeito do
Ensino a Distância (pg. 6)

Saúde docente
A pressão por produtividade e
seus reflexos na saúde dos
professores da Unicamp
(pg. 8)

Carreira, Saúde e Salário: componentes da mesma luta

Estamos publicando neste número um conjunto de reflexões que na sua articulação indica que o corpo docente está sendo pressionado e o desenvolvimento da sua produção como pesquisador e formador de docentes e quadros para gestão do social vê-se muitas vezes comprometidas.

Uma dessas questões é a da carreira docente. O sistema universitário público paulista foi colocado em situação complexa pelo fato da proposta (aprovada com o mínimo de voto necessário) da USP não ter sido discutida - como deveria - por toda a comunidade docente. Sequer o foi pelo Cruesp. A Unesp, seguindo essa trilha, apresentou uma proposta diferente da formulada pela USP. Proposta ainda não submetida ao seu Conselho Universitário. No final do seu mandato o Prof. Tadeu designou uma comissão para tratar do assunto.

Existirão carreiras diferenciadas ou "seguiremos" a USP?

As diferenças apontadas na resolução do Conselho Universitário da USP não foram acompanhadas pelas condições para seu preenchimento. Batizaram os postos sem... defini-los. Isto trará problemas de isonomia salarial o que complicará a situação dos docentes. Como se dará a migração da atual carreira para a nova? E como fica a situação dos aposentados, que durante décadas construíram nossas universidades. Sobre a carreira, estamos constituindo um GT para a sua análise. Participe!

Outro grave problema com que nos defrontamos é o da saúde dos

docentes. Estaremos publicando em nossa revista a temática Produtivismo e Avaliação. Encaminhamos, desde já, algumas reflexões (O professor e a saúde pg. 6 e Qualidade ou quantidade pg. 2), onde não apenas falamos da dissonância das curvas de horas de trabalho/dedicação docente e da composição numérica do corpo docente.

Isto tem conseqüências em sua produção e no aumento dos problemas de saúde, como, por exemplo, o estresse devido a um desgaste ampliado que é comum a todo o sistema universitário.

Sobre a campanha salarial (Dinheiro tem. Reajuste já! Pg. 4) apresentamos nossas reivindicações e seus fundamentos básicos.

Sobre tudo isso esperamos (e estaremos atuando neste sentido) um grande debate que envolva a todos, da reitoria aos docentes de cada unidade.

Nosso jornal dispõe sempre de uma página dedicada à opinião dos docentes. A página "Opinião do Leitor" é sua! Escreva, divulgue suas idéias!

Por fim, como ninguém é de ferro, convidamos a todos para participar do nosso cineclube (já em sua quarta fase de apresentações). Também estamos organizando um grupo sobre fotografia que começará no próximo dia 12.

A Adunicamp é um sindicato que não se limita à luta salarial, antes quer ser o espaço de todos os seus sindicalizados. Participe! Pois com você seremos mais e melhores!

Participe

A seção "Opinião do Leitor" é um espaço aberto para receber os textos de nossos leitores a respeito de assuntos relevantes tanto para a universidade quanto para o país. Os artigos serão assinados e de inteira responsabilidade do autor, pois os textos serão publicados na íntegra no jornal. Para que isso seja possível eles não devem passar de 3.500 caracteres. Você pode enviar o seu texto para a seção "Opinião do Leitor" pelo e-mail: imprensa@adunicamp.org.br ou por carta para a nossa sede.

Adunicamp – Associação dos Docentes da Unicamp Seção Sindical

Rua Érico Veríssimo, 1.479, CEP 13083-851,
Cidade Universitária, Campinas - SP
(19) 3521-2470

Internet: <http://www.adunicamp.org.br>
diretoria@adunicamp.org.br
imprensa@adunicamp.org.br

Coordenação: Adolpho Hengeltraub

Diagramação e Projeto Gráfico: Moema Joffily Dias e Fernando Piva;

Entrevistas e Textos: Moema Joffily Dias e Fernando Piva

Fotos: Arquivo Adunicamp; Tiragem: 3000

Periodicidade: mensal; Gráfica: SRG Gráfica e Editora (11) 4223-2210

Unicamp em números

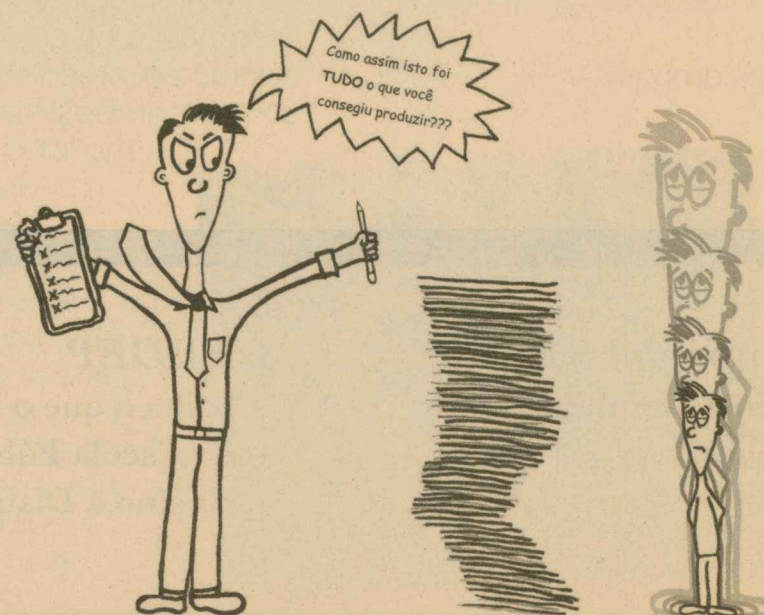
Docentes da carreira MS nos regimes RDIDP, RTC e RTP

1989 - 2103

2009 - 1738*

* O número de docentes em 2009 refere-se ao indicado no site do DGRH atualizado até 13/04/2009.

Enquanto isso durante a avaliação de um Relatório de Atividades...



Qualidade ou quantidade?

Enquanto as perdas salariais nos últimos 20 anos chegam a 42%, no mesmo período a relação professor-aluno cresceu 262%, elevando ainda mais a carga de trabalho docente

Quem está na Unicamp há pelo menos três anos já se deparou com o Relatório de Atividades. Periodicamente o docente é avaliado por sua produção global, contando desde o número de aulas dadas até a quantidade de publicações realizadas.

A percepção de que o trabalho aumentou nas universidades públicas paulistas parece estar se generalizando a cada ano. E o crescimento das exigências vem se tornando cada vez mais pesado para os docentes, o que se torna claro quando observamos o número de afastamentos por doenças envolvendo o trabalho e o número de relatos de assédio moral.

O aumento na carga de trabalho já está sendo assimilado pelas novas gerações como algo natural. A formação de um professor iniciante na carreira (nos anos 60 era possível ingressar apenas com a conclusão da graduação) foi-se alterando de maneira que, hoje, a figura do MS1 e do MS2 é quase lendária dentro da Unicamp (apenas a título de exemplificação, em 2009 existem 3 professores que têm apenas a graduação em sua formação formal e 41 mestres). A maioria esmagadora dos docentes é composta por MS3, e já não há a possibilidade de ingresso para quem não tem ao menos o título de doutor.

A pressão advinda das exigências por produtividade não se restringem às universidades públicas paulistas. As denúncias do Sindicato Nacional sobre este fato são tão freqüentes que uma das mesas de discussão da SBPC paralela realizada, na Adunicamp, pelo ANDES em 2008 foi sobre o produtivismo acadêmico.

Em encontro das entidades docentes de universidades estaduais realizado no final do ano passado a preocupação com as conseqüências deste excesso de produtivismo para a saúde dos docentes foi um dos temas principais. O que mais assusta nos relatos é que professores, **cada vez mais jovens**, têm sido acometidos de doenças como depressão, insônia, problemas nos sistema gástrico e nervoso, além de ansiedade em excesso.

Preocupada com estas questões a Adunicamp vem solicitando junto à

administração da universidade dados que possam mostrar como estão seus docentes. Salários, carga de trabalho, dados sobre licenças médicas - tudo o que possa dar ao menos um panorama mais amplo sobre a qualidade de vida e trabalho dos docentes faz parte das pesquisas feitas pelo sindicato.

Alguns dados interessantes surgiram em nossas pesquisas: o número total de docentes da Unicamp caiu de 2103, em 1989, para 1738, em 2009. A proporção entre os docentes dos três regimes (RTP, RTC e RDIDP) sofreu pequena alteração com a elevação de docentes com dedicação exclusiva e diminuição daqueles em regime de menor tempo de trabalho (veja os gráficos). Os dados já incluem os 17 professores encarregados de lecionar para os 480 alunos ingressantes nos cursos

levando-se em conta apenas os números absolutos, em 1989 eram 6,41 alunos para cada professor, já em 2008 esta relação saltou para 16,81. Como não tivemos acesso aos dados dos alunos matriculados no primeiro semestre de 2009 em todas as unidades da Unicamp, não temos como saber ao certo se esta relação não fica ainda maior com a inclusão dos novos cursos. No que se refere a estes, o que sabemos é que a relação, no primeiro semestre de 2009, somente para o campus de Limeira é de 480 alunos para 17 docentes, o que dá uma média de 28,23 alunos por docente, conforme informações obtidas junto ao DGRH e à Comvest.

Outro ponto que nos chama a atenção refere-se aos salários. Após anos de arrochos constantes, os salários dos docentes ficaram cada vez menores. Para se ter uma idéia, tomando-se com base o ano de 1989 (ano da autonomia) os salários atuais dos docentes sofreram uma perda de aproximadamente 42%. Pelos cálculos fornecidos pelo DIEESE, no mesmo período a perda dos assalariados em geral foi de aproximadamente 33%.

O que podemos tirar disso é que, apesar de toda a argumentação histórica dos reitores de que as perdas salariais dos docentes das universidades públicas paulistas nos últimos anos vêm sendo recuperadas, a defasagem é brutal. Se é verdade que parte do que foi perdido está sendo recuperado, também é fato que de uma forma muito mais lenta do que é possível (ver matéria na página 4).

O resultado desta pesquisa nos mostra que o que vem ocorrendo na Unicamp, USP e Unesp é uma situação de completa destruição de seu caráter, forjado historicamente, e do qual conseguiu não se desvirtuar mesmo em tempos complicados como foi o período da ditadura militar: o de serem universidades

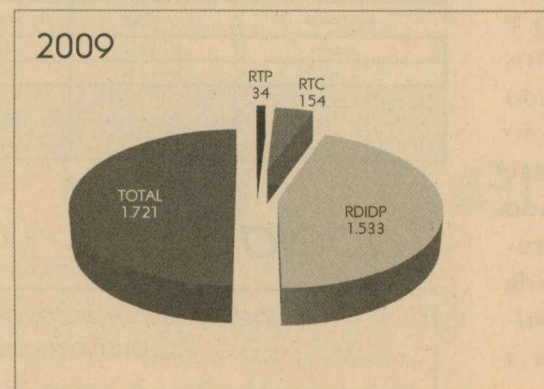
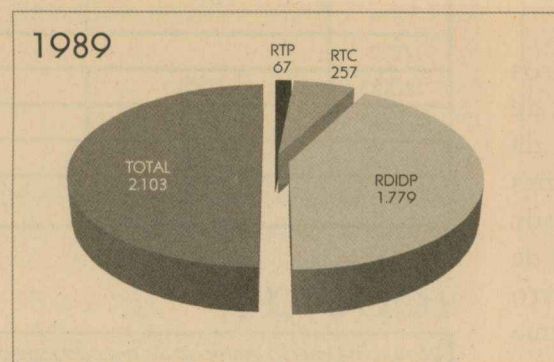
públicas, gratuitas e, principalmente, de qualidade, nas quais a indissociabilidade do trinômio ensino-pesquisa-extensão foi sempre buscada.

Como é possível pensar em qualidade de ensino quando se tem menos professores dando muito mais aulas e recebendo muito menos por isso? Como é possível se falar em isonomia se as pesquisas e publicações, principalmente em revistas indexadas e internacionais, são muito mais valorizados do que as horas gastas em preparação de cursos, sala de aula e atendimento aos alunos de graduação e pós-graduação? Como é possível pensar em universidade pública quando o que mais vale são os contratos com empresas privadas que têm como finalidade captar recursos específicos para financiar pesquisas que interessam àquelas empresas e somente a elas? As pesquisas de utilidade pública, essas, em geral, não recebem financiamento.

Vale lembrar que a questão salarial tem um reflexo importante não apenas no corpo docente atual. A maioria deste, por já estar na universidade há tempos, tem direitos adquiridos que tornam a defasagem um pouco menos dramática. Mas sobre os novos e/ou futuros professores e pesquisadores o peso disto é muito maior. As universidades públicas eram consideradas os melhores locais de trabalho não apenas por suas condições, mas também por manter os salários mais adequados, e a concorrência em seus cursos e processos seletivos sempre foi acirrada.

Esta situação vem mudando nos últimos anos e existem universidades e faculdades particulares pagando mais. **Assim é de se perguntar como será o perfil deste novo corpo docente que estará à frente da universidade nos próximos anos. Qual será a qualidade, a capacidade e o comprometimento dos futuros professores?**

Diante deste cenário o que nos parece importante no momento é uma reavaliação cuidadosa de qual é a universidade que se quer. Se é aquela pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada, muita coisa precisa mudar.



do novo campus de Limeira

A diminuição do número de professores, ao longo do tempo, fez crescer, cada vez mais, a proporção de alunos por docente. Deixando-se de lado as particularidades de cada instituto e

Dinheiro tem. Reajuste já!!

O crescimento do ICMS, o comprometimento dentro da média e o aumento nas liberações financeiras tornam a proposta do Fórum ainda mais viável

No último dia 16 de abril o Fórum das Seis protocolou junto ao CRUESP a Pauta Unificada de Reivindicações para 2009. Como nos anos anteriores a questão salarial promete ser um grande embate entre o Conselho de Reitores e os Representantes das Entidades. O reajuste proposto pelo Fórum é a reposição da inflação dos últimos 12 meses, estimada em 6,1%; uma parcela de 10% referente à recuperação de perdas salariais desde 1989 que está acumulada em 42%; e uma parcela de reposição que reduza injustiças sociais, diminuindo a relação entre o maior e o menor salário, tendo como referência a parcela fixa mencionada no comunicado Cruesp 3/2007, em resposta a reivindicação de R\$ 200,00 feita pelo Fórum das Seis.

Há alguns anos o reajuste salarial dos Docentes e dos Funcionários Técnico-administrativos acompanha a inflação. Enquanto isso o repasse de ICMS para as Universidades Paulistas nos últimos três anos tiveram um aumento nominal de mais de 30% acima dos salários, como mostra a tabela 1.

Se por um lado o ICMS vêm crescendo de forma constante acima da inflação por outro, os salários vêm acumulando grandes perdas nas últimas duas décadas. Em 1989, ano em que foi declarada a Autonomia Universitária, o Professor Doutor recebia em valores atuais cerca de R\$ 8.990,00, um valor bem mais adequado do que os R\$ 6.325,09 atuais, que com os descontos chega aproximadamente a R\$ 4.500,00. Portanto para eliminar essa defasagem salarial faz-se necessário um grande reajuste e esta é uma questão que o CRUESP terá que enfrentar e somente com forte mobilização alcançaremos esse objetivo.

Comprometimento

O Reajuste que propusemos ao

CRUESP tem como base o comprometimento dos repasses de ICMS para as Universidades Paulistas. Foi considerada a previsão oficial de 4% de inflação e de um crescimento econômico de 1% para 2009. Diante deste cenário o comprometimento dos repasses do ICMS para a Unicamp, com a proposta total de reajuste, chegará no máximo a 85,5%. O reajuste com a recuperação da inflação mais a parcela relativa às perdas salariais desde 1989, compromete 87,8%, ou seja, ficando abaixo da média dos últimos 13 anos.

A tabela 2 mostra como ficará o comprometimento com a folha de pagamento nas Universidades Paulistas se o nosso reajuste for aquele apresentado na Pauta Unificada

Dinheiro tem!

Com base nos números divulgados pela Assessoria de Economia e Planejamento da Unicamp (Aeplan), as liberações financeiras para a Universidade tiveram um aumento nominal de 9,5% em relação ao primeiro quadrimestre de 2008 conforme mostrado na tabela 3. Mesmo com uma variação negativa nos repasses dos meses de janeiro e março de 2009 em relação aos mesmos meses de 2008, sendo que em março houve uma redução de 16,89%, devido ao repasse efetuado em fevereiro, baseado em uma estimativa de arrecadação do ICMS da Secretaria da Fazenda do Estado superestimada em 24,5% em relação à efetivada.

O repasse à Unicamp no primeiro quadrimestre de 2009, após corrigido o "erro" da Secretaria ao estimar a arrecadação de fevereiro, é de 9,5% superior ao mesmo quadrimestre de 2008. Isso indica um cres-

cimento na arrecadação do ICMS, para o ano de 2009, superior aos 5% (previsão de 4% de inflação mais 1% de crescimento econômico) utilizados para estimar os comprometimentos das folhas de pagamento das Universidades apresentados na tabela 2.

É importante lembrar que em 2008 a economia mundial vivia um momento de crescimento, e agora mesmo em meio a crise, as liberações financeiras para as Universidades

Paulistas não foram reduzidas; muito pelo contrário! Diante desta constatação é possível dizer que há espaço suficiente para um reajuste adequado e necessário para garantir a condição de vida dos docentes, pois DINHEIRO TEM!!! Estaremos atentos às propostas do CRUESP na negociação, que terá sua primeira rodada no próximo dia 18/05, na USP.

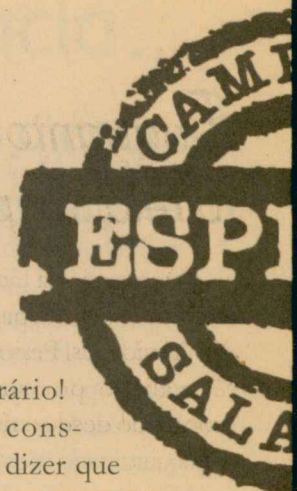


Tabela 1

Crescimento do ICMS acima dos Salários de 2006 a 2008

Ano	Reajuste Salarial (%)	Crescimento nominal do ICMS (%)*	Crescimento do ICMS acima do reajuste salarial (%)	
			No ano	Acumulado
2006	2,55	11,3	8,5	8,5
2007	4,92	11	5,8	14,8
2008	6,51	20,9	13,5	30,4

*Foram desconsideradas as parcelas do Programa de Parcelamento Incentivado (PPI)

Tabela 2

Comprometimento estimado da arrecadação de ICMS com salários (considerando uma inflação de 4% e um crescimento econômico de 1% para 2009 - previsão oficial)

Reajuste	Unesp	Unicamp	USP	Total
0,10%	81,53%	82,56%	78,97%	80,42%
0,1% + 10%	86,71%	87,82%	84,01%	85,55%
Comprometimento médio de 1995 a 2008	88,53%	88,40%	84,52%	86,30%

Tabela 3

Liberações financeiras do Estado para Unicamp no primeiro quadrimestre (em R\$)

Mês	2008 (R\$)	2009 (R\$)	Variação do repasse (%)
Janeiro	98.611.716	89.715.671	-9,02%
Fevereiro	86.395.190	137.386.110	59,02%
Março	89.671.637	74.521.634	-16,89%
Abril	93.883.358	101.952.557	8,59%
Total acumulado	368.561.901	403.575.972	9,50%

Fonte: Informe Aeplan abril/09

Autonomia

A defesa das universidades públicas contra os arroubos do governo do Estado

A autonomia é uma bandeira multiseccular da Universidade. Não se trata de um encastelamento de uns poucos privilegiados, mas uma defesa contra o arbítrio de governantes sejam seculares, sejam eclesiais que tentaram muitas vezes impor via Universidade uma concepção de saber e de poder. A liberdade de produzir conhecimentos sempre foi uma reivindicação da sociedade. A autonomia tem sido seu instrumento ainda que tenha limites nessa ação. Autonomia não é soberania. A Universidade deve ser um espaço de construção de projetos para a sociedade e por isso não pode ser instrumento deste ou daquele governo não importando a visão deste. Submeter a Universidade é controlar um espaço privilegiado de liberdade.

Em janeiro de 2007, logo em seu primeiro dia de mandato, o governador José Serra causou grande confusão ao editar uma série de decretos que feriam a autonomia universitária. Após ampla mobilização da comunidade acadêmica da Unicamp, USP e Unesp, além do Centro Paula Souza, alguns deles foram revogados pelo Decreto Declaratório.

Mas alguns permaneceram e a criação da Secretaria de Ensino Superior é um bom exemplo. O que a princípio não

parece ter maiores conseqüências é, na verdade, um grande problema. Até então os reitores das universidades públicas paulistas estavam ligados diretamente ao governador e seus cargos tinham o status de secretários de Estado. Com a mudança eles passaram a responder ao Secretário de Ensino Superior e a pergunta que nos fazemos é: até que ponto a autonomia poderá ser mantida diante desta nova relação?

A Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), se bem que aceita pelo Cruesp, é um exemplo de como o Secretário já vem mudando a configuração das universidades. Além disso, com a criação desta nova Secretaria, o Centro Paula Souza, parte integrante da Unesp (e, portanto, submetido à lei da autonomia, mesmo que não textualmente) ficou separado da mesma e submetido à outra Secretaria, com a qual o Cruesp não tem vínculo.

A defesa do artigo 207 da Constituição Federal, que mantém as políticas didático-científicas, administrativa, de gestão financeira e patrimonial das universidades e do Centro sob o controle dos mesmos é um dos pontos mais importantes da Pauta Unificada do Fórum das Seis. Lutar pela manutenção da autonomia universitária, mais do que um dever, diante dos ataques governamentais tornou-se uma necessidade nos últimos anos.

Pauta Unificada 2009

Luta por melhores condições de trabalho nas Universidades Paulistas é a principal preocupação do Fórum das Seis na campanha salarial 2009

Além da questão salarial, o Fórum reivindica junto ao Cruesp uma Universidade mais Autônoma e Democrática, com maior participação da comunidade acadêmica na administração, com políticas transparentes de contratação e que respeite os movimentos sindicais e sociais.

O Fórum requer ainda uma maior participação dos reitores na luta pelo aumento do Investimento Estadual na Educação, para que o índice do repasse para a Educação seja elevado a 33% da receita total de impostos do Estado, incluindo 11,6% do ICMS para as Universidades Paulistas e 2,1% para o Centro Paula Souza.

Outros pontos da Pauta Unificada de reivindicações do Fórum são:

- Manutenção do vínculo dos hospitais universitários às universidades e reversão das formas de privatização;
- Direitos dos aposentados, incluindo a aposentadoria especial em casos de risco de doenças profissionais; restabelecimento da licença-prêmio aos celetistas e a possibilidade de revertê-la em pecúnia;

■ Regulamentação do professor de educação infantil;

■ Luta contra qualquer política de Ensino à Distância que reduza a qualidade e empobreça a educação escolar;

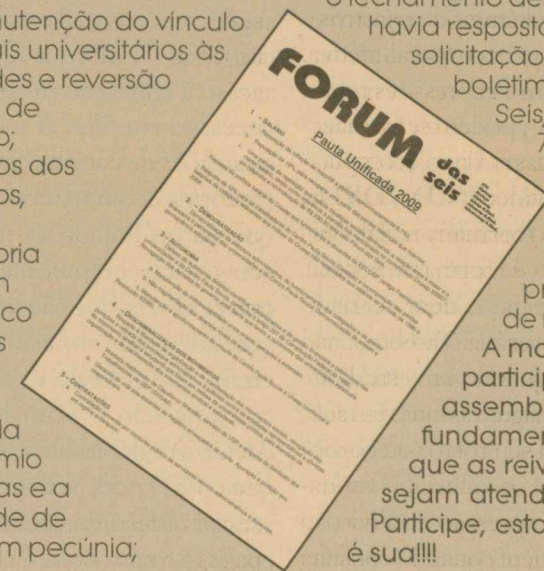
■ Que as carreiras docentes e de funcionários técnico-administrativos sejam debatidas com os segmentos envolvidos no âmbito da comissão de Isonomia entre as três universidades estaduais;

■ Mais e melhores moradias, bolsas de caráter sócio-econômico e outros atendimentos que permitam melhores condições de estudo e permanência estudantil na universidade.

A primeira reunião para discutir a pauta com o Fórum das Seis foi agendada pelo Cruesp para o dia 18/05. As entidades solicitaram a antecipação para o dia 12/05, devido a proximidade com o fechamento da folha de pagamento do mês de maio. Até o fechamento desta edição não

havia resposta à esta solicitação. No último boletim do Fórum das Seis, publicado em 7/05, consta proposta de indicativo de paralisação no dia da primeira rodada de negociação.

A mobilização e a participação nas assembleias são fundamentais para que as reivindicações sejam atendidas. Participe, esta luta também é sua!!!!



Carreira em debate

Há muito a carreira docente e dos técnicos-administrativos na Unicamp, USP e Unesp vem sendo alvo de grandes debates e dúvidas.

Recentemente as modificações implementadas pela reitoria da USP no que se refere às suas carreiras gerou grande polêmica, uma vez que elas quebram a isonomia entre as universidades, existente há muito e fortemente defendida pelo Fórum

das Seis.

A Unesp vem estudando como fazer a sua reformulação e a Unicamp, não demora muito, também fará, uma vez que este item consta do plano de gestão do recém empossado reitor Fernando Costa.

O Fórum das Seis vê como de grande importância esta questão e a incluiu em sua Pauta Unificada de Reivindicações para discussão com

o Cruesp, e defende que o debate das reformulações das carreiras das três universidades públicas paulistas e do Centro Paula Souza deva ser realizado em conjunto e no âmbito da Comissão de Isonomia, de maneira a preservar a igualdade de condições de trabalho e salários entre elas.

A Adunicamp, no sentido de ouvir a opinião e integrar seus sindi-

calizados neste debate, está organizando um Grupo de Trabalho (GT -Carreira) que deverá discutir e orientar as ações da diretoria neste assunto. Os professores interessados em fazer este debate podem procurar a entidade por e-mail (diretoria@adunicamp.org.br) ou pelo telefone: 3521-2476.

Participe! Esta questão interessa a todos!!!

Vida humana, formação inicial e ensino à distância...

Em favor da formação inicial presencial em todos os níveis

Todos nós sabemos que vivemos num mundo de múltiplas transformações e de recursos técnicos e tecnológicos crescentes. Acreditamos que há critérios para sua utilização, em especial quando se trata de atividades que podem afetar direta ou indiretamente a vida humana. Toda atividade humana vital - aquelas que se desenvolvem por meio da relação direta entre seres humanos e se baseiam no contato, na observação, no toque, no diálogo, no convívio, isto é, aquelas realizadas por enfermeiros, médicos, dentistas e, sobretudo, professores, entre tantas outras - exige determinada formação qualificada e deve ter como pressuposto formativo tanto as informações essenciais para o seu exercício profissional, como o desenvolvimento de capacidades relacionais que permitam aprimorar leituras de registros e expressões da linguagem corporal-afetiva. As informações, como expressões meramente comunicativas, podem ser armazenadas e disponibilizadas em livros, computadores, televisores, vídeos, CDs, DVDs; contudo, a dimensão formativa relacional só pode ser realizada de forma presencial.

Não há como tratar o dente cariado de uma pessoa sem tocá-la. Também, não há como perceber quando um estudante não está entendendo algum assunto em aula, sem que se note em seu rosto (ou corpo) expressão angustiada ou alheia. É fundamental perceber a expressão de alívio ou felicidade de um paciente quando constata que houve progresso e que um tratamento adequado sanou um problema; ou os olhos brilhantes de um estudante, quando entende e participa em uma aula, demonstrando inequívoca de alegria e satisfação. Por tudo isso, não se trata de sermos contra as potencialidades e as facilidades que novos processos, equipamentos e ferramentas dos tempos modernos nos colocam a todo o momento, e sim de afirmarmos que a formação inicial deve ser presencial para todos aqueles que realizam atividade humana vital.

Pense bem...

► Você escolheria um médico ou dentista cujo diploma revelasse que sua formação inicial se deu à distância?

► E um(a) professor(a) que também ostentasse formação inicial à distância?

Você teria - de fato - a confiança de entregar a esses(as) profissionais o controle sobre a ação escolar de seu filho?

► Você gostaria de ter feito um curso de formação inicial à distância?

Novas alegações, velhos interesses...

Nos dias atuais, alguns defensores do Ensino à Distância (EàD) têm agido de forma contundente, tanto em nível nacional (exemplo: criação da Universidade Aberta do Brasil - UAB), como no âmbito de diversos estados, em especial no de São Paulo (exemplo: criação do Programa Universidade Virtual do Estado de São Paulo - Univesp), apresentando novas alegações em seu favor, mas preservando velhos interesses, nem sempre claramente expressos.

Em favor do Ensino à Distância alega-se: que não há recursos para a educação superior presencial e, portanto, é preciso implantar o EàD; que as pessoas não têm acesso à educação presencial, por isso é necessário implantar o EàD; que não há limitações de cunho educacional do EàD (na forma de laboratórios e de bibliotecas); que outras limitações do EàD (como a convivência em ambiente universitário) são prescindíveis; que não há um único ambiente adequado aos estudos (desconsiderando que em casa é mais difícil, pois a moradia não é bom local de estudo, devido a múltiplas atividades e interações); que o EàD pode substituir o ensino presencial (desconhecendo que em outros países isso não ocorre e nem é recomendável); que recursos tecnológicos devem ser amplamente utilizados (desconsiderando que diferentes meios físicos - CDs, DVDs, vídeos, filmes, produções digitais, "slides" - hoje são/deveriam ser utilizados no ensino presencial como recursos pedagógicos auxiliares); que o Brasil não tem capacidade de expandir o ensino presencial (devido aos interesses corporativos) e que a "verdadeira" intenção é a de "incluir os excluídos".

No entanto, é preciso ressaltar que essas alegações são parciais e questionáveis, pois não veiculam que setores de comércio (informática, desenvolvimento de softwares, produtos educacionais, editoras, empresas de comunicação etc.) têm muito a ganhar com a expansão de seus interesses nesse mercado. É de se lembrar que as primeiras propostas sobre

o ensino à distância surgiram fundamentalmente como uma alternativa para contextos de difícil acesso (em nosso caso, região norte ou para localidades muito afastadas, no interior do país), o que não está ocorrendo, dado que a maioria das propostas está na região sudeste...

Além disso, como as primeiras iniciativas governamentais (UAB, Univesp) têm foco na formação docente é importante destacar que tal política implica a constituição de dois tipos de docentes, na medida em que as dimensões anteriormente citadas não se realizem: um formado à distância (criando um círculo vicioso) e outro presencial (cuja formação também deve ser constantemente questionada e reelaborada), ambos com títulos e direitos equivalentes, mas com posturas e concepções completamente diferentes...

Mas não é só na educação superior...

As ações governamentais e dos setores de mercado interessados no EàD não param no Ensino Superior, mas estão estendendo suas iniciativas à Educação Básica, onde podem ter consequências ainda mais graves. Recente norma do Conselho Estadual de Educação (CEE) de São Paulo dispôs ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio paulista a possibilidade de inserção do EàD (ou "educação semipresencial", como é apresentado).

Estarreço-nos a recente Deliberação CEE N° 77/2008, que estabeleceu orientações para organização e distribuição dos componentes dos ensinos fundamental e médio do sistema de ensino do Estado de São Paulo, em direção ao EàD. Assim, em seu Artigo 3°, prevê que, no ensino fundamental poderão ser utilizados mecanismos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para atividades complementares de ensino, reforço e recuperação; em seu Artigo 4°, estabelece, por outro lado, que no ensino médio, quaisquer componentes curriculares poderão ser trabalhados na modalidade semipresencial. É preciso chamar atenção para o fato de que, em seu § 1°, o referido artigo considera como modalidade semipresencial quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino que estejam centrados na auto-aprendiza-

gem, com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de informação e comunicação remota e que, em seu § 2°, define o limite máximo para oferta de componentes curriculares nesta modalidade como sendo de 20% do total de horas destinadas ao curso.

O despropósito de pretender implantar o EàD no Ensino Médio nos parece ainda mais sério por atingir o jovem em um estágio anterior de uma formação mais ampla. Além disso, por serem mais "baratas" do que o pagamento de professores e professoras da Educação Básica contemplam interesses governamentais para a "diminuição de custos" e aguçam o interesse privado para a comercialização de seus "produtos tecnológicos" e de "sistemas de ensino" à distância. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) deveriam ser simplesmente um recurso adicional nos processos de ensino e de aprendizagem e não deveria ser aberta a "oportunidade" de ensino "semipresencial" em um estado que não têm as dificuldades de acesso acima mencionadas. Contudo, por não sermos contra a possibilidade de nossos jovens tomarem contato com as TIC, seria mais adequado e louvável que o CEE-SP ampliasse o tempo de duração da jornada escolar, para a introdução de tais linguagens e técnicas, do que apontar para a possibilidade de redução dos componentes curriculares ou para o tratamento das disciplinas nos moldes do EàD, como ora proposto para os ensinos fundamental e médio. O acesso às TIC não pode significar precarização formativa!

Desta forma, o FEDEP-SP quer estabelecer diálogo com a sociedade e com os setores governamentais sobre essas propostas para que a voz dos educadores e da sociedade como um todo seja ouvida e considerada!

Desta forma, o FEDEP-SP quer estabelecer diálogo com a sociedade e com os setores governamentais sobre essas propostas para que a voz dos educadores e da sociedade como um todo seja ouvida e considerada!

Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (FEDEP-SP), abril de 2009

Andes-SN x Proifes-Sindicato

O processo que o Andes-SN está movendo contra o Proifes-Sindicato, poderá ser sentenciado ainda este mês de maio

O processo - nº 1303-2008-016-10-00-6 - que o Andes-SN está movendo na Justiça do Trabalho para obter a anulação dos atos constitutivos do Proifes-Sindicato face às irregularidades da assembléia convocada na tentativa de sua constituição, em setembro de 2008, está em fase final. Ocorreu no último dia 7/05, na 16ª Vara da Justiça do Trabalho de Brasília, onde o processo tramita, a última audiência que encerrou a instrução deste processo, quando os advogados das partes entregaram ao juiz as suas considerações finais.

Em geral os processos ocorrem em uma única audiência, mas devido à complexidade deste caso o juiz responsável, Luiz Fausto Marinho de Medeiros, decidiu dividir em quatro etapas. A segunda fase, a de

instrução, teve que ser dividida em duas: uma para depoimentos e documentos e a outra para as considerações finais dos advogados de cada parte.

Na audiência do dia 06/04, em que participaram o representante legal do Andes-SN, Prof. Ciro Teixeira Correia, presidente, acompanhado da advogada Dra. Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva, o Sr. Marcelo Caetano Ribas, responsável pelo cartório onde o Proifes-Sindicato protocolou seus documentos constitutivos, acompanhado do advogado, Dr. Dilson Furtado de Almeida; o representante legal do Proifes-Sindicato, Prof. Eduardo Rolim de Oliveira, vice-presidente, acompanhado dos advogados Dr. Tulio Augusto Tayanao Afonso e Dr. Vilmar

Locatelli; o preposto da União Federal Sra. Edileusa Gomes de Oliveira, acompanhada da advogada Dra. Simone Alves Petraglia, além do Dr. Claudio Santos, e do Prof. José Vitório Zago, respectivamente advogado da assessoria jurídica nacional e o 1º tesoureiro do Andes-SN, em seção presidida pelo Exmo. Juiz do Trabalho Luiz Fausto Marinho de Medeiros.

Na ocasião foram colhidos os testemunhos das partes cujos depoimentos se encontram disponíveis na página na internet do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª região (<http://www.trt10.jus.br>). Nessa página ao digitar o número do processo (1303-2008-16) no espaço respectivo e em seguida o item "consulta", têm-se todo o andamento da ação. No item relativo ao

evento da data de 6/4/2009, encontra-se o inteiro teor da ata desta audiência. Embora o texto não permita transmitir todos os aspectos dos testemunhos colhidos uma vez que registra apenas as respostas dadas às perguntas feitas pelo juiz e às apresentadas pelos advogados, conforme ditadas pelo juiz para o auxiliar responsável pela digitação da ata, ainda assim ficam evidentes todas as irregularidades e ilegalidades da referida assembléia e, também, as imprecisões e contradições dos depoimentos das testemunhas do Proifes. A partir de agora o processo estará em análise pelo juiz, que provavelmente irá proferir a sentença ainda neste mês de maio.

Fonte: ANDES e Adunicamp

ANDES-SN questiona governo e UFSCar sobre pagamentos ao presidente do Proifes

O ANDES-SN encaminhou ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e ao reitor da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Targino de Araújo Filho, nesta quarta-feira (22/4), pedidos de esclarecimento sobre um possível convênio firmado entre as duas instituições, que estaria beneficiando diretamente o presidente do Proifes, Gil Vicente Reis de Figueiredo.

Os questionamentos se baseiam em diversos documentos públicos, entre eles a Portaria nº 471/08 do Ministério do Planejamento - MP, que prevê o repasse de R\$ 370 mil à UFSCar para execução do projeto "Elaboração de Ferramentas que Possibilitem a Realização de Estudos para a Reestruturação dos

Cargos e Carreiras no Serviço Público - Federal". Outros documentos comprovam a vinculação do presidente do Proifes ao contrato, como um dos pesquisadores que farão jus aos R\$ 114 mil destinados ao pagamento de professores. Dados já disponíveis no Portal da Transparência do Governo Federal indicam despesa em seu favor no valor de R\$ 4.508,10, em 2009.

O ANDES-SN questiona o ministro, entre outras coisas, quanto à clara evidência de conflito de interesses e falta de isenção entre as partes envolvidas nessa relação, o que agride as mais elementares normas e princípios que regem a administração pública. Em 2007, já

como presidente do Proifes, Gil Vicente participou do grupo de trabalho instituído pelo MP para estudar e avaliar o mesmo tema, conforme demonstra a Portaria nº 1.486/07. No ano passado, assinou o acordo salarial proposto pelo governo para os docentes, mesmo ciente de que a base da categoria havia rejeitado terminantemente os termos do acordo, conforme comprovam os resultados das assembléias realizadas pelas seções sindicais do ANDES-SN em todo o país.

O ANDES-SN questiona ainda ao ministro se de fato houve assinatura de um termo de cooperação entre as duas instituições, quem são os pesquisadores que recebem pelo

convênio, quanto Gil Vicente já recebeu e ainda receberá e, por fim, se os R\$ 370 mil destinados a esse programa em 2008 serão ampliados para R\$ 870 mil, como prevê o orçamento da União de 2009.

Do reitor, questiona-se também a situação funcional de Gil Vicente, já que não há informações no site da UFSCar de atividades didáticas a ele atribuídas desde 2004. Pede-se ainda que seja esclarecido se o docente encontra-se ou não oficialmente afastado de suas funções, por qual período e motivos.

Para acessar os documentos referentes a este caso acesse:

<http://www.adunicamp.org.br>

Fonte: ANDES-SN

O professor e a saúde: algumas considerações

Definir saúde é uma questão complexa, que varia em função do viés que desejamos valorizar (ao considerarmos fatores sociais, políticos, antropológicos e financeiros).

A definição de saúde mais difundida é a estabelecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que a considera como "um estado de completo bem estar físico e social, e não apenas a ausência da doença". Evidentemente esta definição envolve questões históricas e projetos, com dificuldades enormes de serem atingidos em sua plenitude. A problemática da saúde envolve questões complexas e ações com propostas de melhorar a equidade no mundo dos trabalhadores.

Historicamente falando, o que mais desgasta o professor em função dos exercícios de sua função é o cansaço físico e mental, questões de postura, hábitos alimentares e cuidados com a voz. Em sua dissertação de mestrado (intitulada Saúde - reações e emoções no cotidiano do professor univer-sitário),

Laíde Bragada relata que o professor, ao desenvolver trabalhos intelectuais, estabelece uma relação separada com o próprio corpo, em que a mente passa a ser valorizada e o corpo passa a ter um papel secundário, como se houvesse uma dicotomia entre corpo e mente. Ao separá-los podemos nos esquecer de cuidar de uma das partes.

Analisando as informações fornecidas pela administração da Unicamp, entre as quais, a não tipificação sobre a doença em muitos dos casos, algumas pistas se configuram como verdades:

► Com o avançar da idade do corpo docente, doenças crônicas degenerativas têm se mostrado incidentes como diabetes, hipertensão, mal de Alzheimer, esclerose múltipla e câncer;

► Questões que envolvem a saúde mental, talvez relacionada com a preocupação do professor em se ajustar ao ambiente competitivo e produtivista que a universidade impõe aos partícipes na atualidade, colaboram com a fragilização de sua saúde mental e emocional, trazendo

conseqüências patológicas ao físico e ao psíquico.

Será que a relação saúde e doença do professor, advinda do exercício profissional, ainda oculta malefícios que são invisíveis aos olhos do próprio educador e das instituições que o abrigam? As informações e estatísticas sobre a incidência de doença nos professores deveriam ser constantemente atualizadas e mostradas de forma transparente e incisiva. Até porque medidas de prevenção e de saneamento, embasadas por dados e informações fidedignos e exatos devem ser tomadas.

Constatamos por dados empíricos que o professor tem adoecido, muitas vezes acometido de doenças graves e expressivas. Pelas informações fornecidas pela administração da Unicamp não foi possível associar claramente se essas doenças são conseqüências somente do ambiente de trabalho.

Mesmo sabendo que exigências da coletividade, o perfil emocional, hábitos ou vícios de que o ser humano

é portador contribuem muito para a doença, constatamos que o docente está adoecendo, até mesmo sem ter consciência, emocional, física e socialmente.

E o que vamos fazer? Ficar medindo as incidências patológicas? Comentar nos corredores que mais um ficou doente? Dissimularmos e afirmarmos que nada acontece?

Algumas questões são importantes para a manutenção da saúde do professor, entre elas, a qualidade, as condições e a organização do trabalho docente na Unicamp, tendo em vista a intensificação do mesmo, as exigências de polivalência, dos desgastes, as insatisfações, a flexibilização e a precarização da profissão que o cotidiano nos impõe.

A Adunicamp vai se ater mais e mais a estas questões e buscar formas de ampliar e discutir o que e o como podemos agir para atenuar os problemas e melhorar a qualidade de vida do docente.

Professores interessados neste tema, procurem a Adunicamp para

Fotografia na Adunicamp

A fotografia é hoje uma presença importante no cotidiano de muitos, especialmente na propaganda e como documento e notícia, como nos jornais. Na esfera pessoal, a fotografia registra a memória de eventos familiares importantes. Esta ampla presença resulta, entre outras coisas, do progresso técnico que tornou a câmera fotográfica de fácil manuseio e muito acessível a amplos segmentos sociais.

Muitas das pessoas que fotografam gostam de ir além do que a facilidade da tecnologia atual lhes proporciona, e assim procuram informações que lhes permitam fazer melhores fotos. FOTOGRAFIA NA ADUNICAMP é uma atividade voltada para o interesse destas pessoas. Visando aproximar amadores iniciantes e intermediários, as reuniões semanais (às terças-feiras, 17:30 hs, de 12 de maio a 16 de junho) começarão por abordar informações técnicas básicas da fotografia, como noções sobre a ótica e a mecânica das câmeras

fotográficas, de fotometragem e foco, e dos princípios e aspectos básicos da fotografia digital (captura e tratamento das imagens). À medida em que as reuniões avançassem, serão abordados aspectos da história da fotografia e de seus expoentes. Também serão realizadas atividades práticas, coletivas e individuais, que serão posteriormente discutidas em grupo. Qualquer interessado poderá participar; quanto a câmeras, podem ser digitais ou de filme.

Coordenação: Prof. Edson Françoze
Início: 12/05
Horário: 17:30
Local: sede da Adunicamp
Contatos:
 diretoria@adunicamp.org.br
 3521-2476

Público fiel

No próximo dia 13 de maio encerra-se o terceiro ciclo do Cineclube da Adunicamp. Desde que foi inaugurado, em novembro de 2008, foram exibidas três fases: Stanley Kubrick, Alfred Hitchcock e Cinema Italiano.

O público que vem participando ativamente escolheu, nas últimas seções, algo mais ameno como próximo tema: Comédias e clássicos do cinema.

As seções acontecem às quartas-feiras a partir das 18h.

Para maiores informações sobre a programação acesse:
<http://www.adunicamp.org.br>

